

26 SET

AVEIRO

FÁBRICA DA CIÊNCIA, 20H45

COIMBRA

LARGO DA PORTAGEM, 18H

ÉVORA

PRAÇA 1º MAIO, 18H

LISBOA

MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL, 17H

PORTO

13S, 17H



NEI 2025

CIÊNCIA COM DIREITOS PARA OS DESAFIOS GLOBAIS



1. PRECARIEDADE

NÃO É MODELO, É OBSTÁCULO AO FUTURO DA CIÊNCIA

A ciência em Portugal vive sob uma lógica de **precariedade estrutural**: bolsas de investigação em vez de contratos de trabalho, vínculos temporários que escondem funções permanentes, ausência de perspectivas de carreira.

Esta situação, resultado de opções políticas dos governos PSD/CDS e PS, decorrente quer da **contratação a prazo de investigadores, técnicos, gestores científicos e falsos docentes convidados**, quer de um sucessivo favorecimento da contratação ao abrigo do regime de direito privado, quer do **recurso ao Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI)** que representa uma forma institucionalizada de exclusão de direitos laborais, sociais e até de dignidade profissional, é totalmente inaceitável.

Em maio deste ano entrou em vigor a **Lei n.º 55/2025**, que aprova o **novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC)** e o **Regime Comum das Carreiras Próprias de Investigação Científica em Regime de Direito Privado (RCCPIC)**.

O diploma introduz **alguns avanços** — conquistas alcançadas **graças à luta persistente** dos investigadores — mas apresenta igualmente **falhas graves** e aspectos dúbios. As **dificuldades de implementação** e as **insuficiências dos mecanismos de financiamento** ameaçam comprometer os efeitos positivos que o novo Estatuto poderia representar.



EXIGIMOS

- **Regularização imediata dos vínculos precários de todos os trabalhadores com funções permanentes**, incluindo investigadores, técnicos, gestores e docentes convidados, nomeadamente através da implementação de um **regime transitório**, com financiamento adequado, pelo Orçamento do Estado, que abranja todos estes profissionais.
- Urgente definição de **mecanismo permanente** e continuado de **financiamento da integração na carreira** de investigação científica com necessária dotação orçamental em sede de OE.
- **Abertura de concursos decorrentes do DL57**, evitando despedimentos em massa.
- **Abertura de mais vagas do programa FCT-Tenure** de integração de doutorados na carreira, bem como exigência do **cumprimento dos prazos e efetivação das contratações** nas instituições com Tenures atribuídos.
- **Revogação do EBI** e substituição de todas as bolsas de investigação por contratos de trabalho com direitos.
- **Compensação contributiva para efeitos de reforma** de todos os trabalhadores abrangidos pelo EBI, actualmente ou no passado.
- **Criação de uma carreira de regime especial para os trabalhadores que, não tendo o grau de doutor, exercem funções técnicas** de investigação de elevada complexidade e responsabilidade e que, atualmente, se encontram nas carreiras gerais da Administração Pública.

2. FINANCIAMENTO

GARANTIR UM FUTURO PARA A CIÊNCIA

O anúncio da **fusão da Fundação para Ciência e a Tecnologia (FCT) com a Agência Nacional de Inovação (ANI)**, para além de precarizar os vínculos e retirar direitos aos trabalhadores destas instituições através da imposição da contratação através do regime de direito privado, **ameaça acelerar a instrumentalização da ciência ao serviço do lucro**, um caminho iniciado por governos anteriores e agora agravado com esta decisão.

A **ciência em Portugal corre o risco de ver esvaziado o seu papel crítico** e de produção de conhecimento de valor social, priorizando-se o financiamento da ciência aplicada e do tecido empresarial.

Este é um **passo preocupante na desresponsabilização do poder político pelo financiamento de uma ciência pública**, que não se pode deixar ficar refém dos interesses do sector privado ou de lógicas mercantis e de curto prazo.

Assim, **a sustentabilidade da Ciência exige um compromisso claro com o financiamento público, estável e previsível de pessoas, projetos e instituições**, um compromisso que a própria FCT durante 28 anos ficou muito aquém de cumprir.

Trabalhadores:

Desde 2017, o Estado investiu em mais de **8000 contratos com doutorados** através do Programa de Estímulo ao Emprego Científico. Porém, a **esmagadora maioria desses contratos já chegou ou está a chegar ao fim, sem uma resposta adequada** à dimensão do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).

Esta **instabilidade coloca em risco** não apenas a vida de **milhares de profissionais**, mas o próprio **funcionamento do SCTN** dada a sua extrema **dependência de trabalho precarizado** de doutorados e não doutorados, estes últimos, na generalidade dos casos ao abrigo de contratos de bolsa.

Projetos:

O financiamento limitado de projetos de investigação (**taxas de aprovação <8%**), a sua recente orientação para uma ciência aplicada, a **falta de regularidade** dos concursos, os **enormes atrasos na divulgação** dos resultados, a sua **curta duração** e a **extrema burocracia** a que são sujeitos **comprometem a qualidade da investigação** a ser desenvolvida.

Instituições:

A situação agrava-se significativamente com os **cortes recentemente impostos ao financiamento de dezenas de unidades de investigação**, afetando especialmente aquelas avaliadas com a classificação de “Muito Bom” e classificações inferiores. Estas reduções acontecem num contexto de **subfinanciamento estrutural que há décadas fragiliza o SCTN**, promovendo uma enorme instabilidade num setor estratégico para o desenvolvimento do país

O **Ensino Superior e a Ciência são um setor universalmente reconhecido pelo seu impacto estrutural** no desenvolvimento dos Países. Este **desinvestimento é assim duplamente prejudicial: compromete o presente e impede o futuro**. Diversos estudos internacionais demonstram que cada euro investido em ciência pode gerar entre 4 e 8 euros de retorno, o que sublinha a **irracionalidade económica dos cortes** agora impostos.

EXIGIMOS

- **O cumprimento de todos os compromissos já assumidos pela FCT** e a garantia da transparência, previsibilidade e uma orientação do financiamento assente em estratégias científicas de médio e longo prazo.
- **Financiamento público do emprego científico de doutorados** que garanta a sustentabilidade e o crescimento do SCTN.

EXIGIMOS

- **Urgente definição de mecanismo permanente e continuado de financiamento** para a integração de investigadores e técnicos nas carreiras científicas, **com dotação orçamental clara em sede de Orçamento do Estado** e a valorização das carreiras científicas.
- Enquanto o EBI não for revogado, **atualização extraordinária do valor das bolsas ainda em 2025** e um novo regime de atualização automática, indexado à inflação.
- **Financiamento anual de projetos** de investigação FCT (fundamental e aplicada) de longa duração (>3 anos), e **cumprimento de prazos para divulgação dos resultados**.
- **Reposição imediata do financiamento às unidades de investigação** afetadas pelos cortes, assegurando a continuidade dos projetos em curso e a estabilidade das equipas.
- **Aumento das transferências públicas** para as instituições de ensino superior e de ciência, invertendo o subfinanciamento crónico.
- **Aumento do financiamento, via Orçamento do Estado, para os Laboratórios do Estado**, de modo a travar o seu declínio e a dotar as instituições de recursos humanos e Técnicos para poderem cumprir a sua missão.
- **Cumprimento da meta de investimento público em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de 3% do PIB até 2030**, sem sacrificar a investigação fundamental em favor de lógicas exclusivamente economicistas e de ciência aplicada a curto prazo.

3. DEMOCRACIA

AS INSTITUIÇÕES E A COMUNIDADE A PARTICIPAR,
PENSAR E DECIDIR

EXIGIMOS

A atual estrutura do ensino superior e da ciência é marcada pela **centralização do poder, ausência de transparência e erosão da democracia interna**. A proposta de revisão do RJIES aprovada em Conselho de Ministros no dia 4 de setembro de 2025 mantém estes problemas

O **Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES)**, que regulamenta o modelo fundacional e de gestão empresarial e a abertura às instituições privadas sem fins lucrativos (IPSFL), **alienou o controlo democrático das instituições** e acentuou a precariedade e a desigualdade. O ambiente académico tornou-se mais propício à endogamia, ao assédio e à degradação das condições de trabalho e saúde mental.

- **Revogação dos mecanismos de gestão antidemocráticos** introduzidos pelo RJIES.
- Construção de instituições de ensino superior orientadas por **modelos colegiais, participados e transparentes**, centrados na produção e transmissão de conhecimento crítico.
- Valorização da função pública da ciência e da academia, reconhecendo a **liberdade científica e pedagógica como pilar essencial**.
- **Rejeição da instrumentalização da ciência por lógicas mercantilistas, concorrenciais e armamentistas**.